

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de B

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CEMIG
GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

Custas R\$
Total 495,66



Emi 382,02-Fel 74,91-8ºD 12,87-Men 8,55-Ac 0,17-Fundbr 16,10-Fundps 18,10
Registrado microfilmado e digitalizado em 2012/06

entre

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
como Emissora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
representando a comunhão dos titulares das debêntures

e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
como Interveniente-Anuente

Datado de

15 de dezembro de 2009



9

**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA – CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a “Companhia” ou a “Emissora”);

de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Primeira Série”) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os “Debenturistas da Segunda Série” e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os “Debenturistas”) objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

e, como Interveniente-Anuente:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a “Garantidora” e, conjuntamente com a Emissora e com o agente fiduciário, doravante denominadas “Partes” e cada uma, individualmente, denominada “Parte”).

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as “RCAs”). As atas das reuniões de Conselho de Administração da Companhia realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a “JUCEMG”) em 3 de setembro de 2009 e 8 de setembro de 2009, sob os nºs 4189606 e 4191508, respectivamente, e publicadas, em 9 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Valor Econômico – Edição Nacional” e “O Tempo”. A ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2009 será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Valor Econômico – Edição Nacional” e “O Tempo”. A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para

29 DEZ 09 764503

RECEBIMOS DE CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. EM 29 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS, EM OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BH, A PRESENÇA DE CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. E OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

.....
.....
.....

.....



G

cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no subitem 4.1.7 abaixo, deverão ser ratificadas por meio de aditamento à presente Escritura.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a “Emissão” ou a “Oferta”) será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

As atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009 foram arquivadas na JUCEMG em 3 de setembro de 2009 e em 8 de setembro de 2009, sob os nºs 4189606 e 4191508, respectivamente, e publicadas, em 9 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Valor Econômico – Edição Nacional” e “O Tempo”. A ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2009 será protocolada na JUCEMG.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta Escritura será inscrita na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. REGISTRO DA FIANÇA DA GARANTIDORA

As Debêntures contarão com a fiança da Garantidora aprovada em reuniões do Conselho de Administração da Garantidora realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009, cujas atas foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 27 de agosto de 2009 e em 4 de setembro de 2009, sob os nºs 4186137 e 4190555, e publicadas em 3 de setembro de 2009 e 9 de setembro de 2009, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Valor Econômico – Edição Nacional” e “O Tempo” (a “Fiança” e as “RCAs da Garantidora”, respectivamente).

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

As Debêntures serão registradas para:

- (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e

Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e

(ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (b) do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado pela BM&FBOVESPA S.A., sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NÚMERO DA EMISSÃO

A presente Escritura contempla a 2ª Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da Emissão é de R\$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série” e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas “Debêntures”. O número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (o “Sistema de Vasos Comunicantes”). A emissão das Debêntures da Segunda Série está condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série (o “Montante Mínimo da Segunda Série”). Caso não seja alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deverá cancelar a emissão da referida série.

3.4. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

3.4.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta Fiança em favor dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.4.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures da Primeira Série e pelas Debêntures da Segunda Série, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário (o “Valor Garantido da Primeira Série” e o “Valor Garantido da Segunda Série”, respectivamente).

**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

3.4.3. O Valor Garantido da Primeira Série e/ou o Valor Garantido da Segunda Série, conforme o caso, serão pagos pela Garantidora no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos titulares das Debêntures da Segunda Série, a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.4.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”) e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”).

3.4.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas da Primeira Série e/ou nos direitos dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 3.4.

3.4.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e até o pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e/ou a data do pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme o aplicável.

3.4.8. A Fiança de que trata este item foi devidamente aprovada nas RCAs da Garantidora.

3.4.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido da Primeira Série e do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.10. Em virtude da presente Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas da Primeira Série e em benefício dos Debenturistas da Segunda Série, a presente Escritura será registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos da sede das Partes, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura.

3.5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para o resgate das 270 (duzentas e setenta) Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), emitidas em 30 de outubro de 2009, com juros remuneratórios correspondentes a 113% (cento e treze por cento) da Taxa DI (conforme definido abaixo), incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, desde a data de sua efetiva subscrição e integralização até a respectiva data de vencimento.

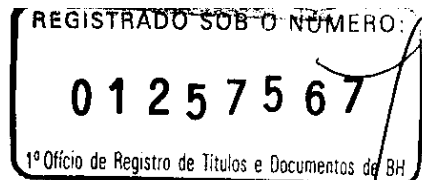
3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas



6

CÓPIA
ADICIONAL



Séries, da Segunda Emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A. (o “Contrato de Distribuição”), com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (o “BB-BI” ou o “Coordenador Líder”), da Caixa Econômica Federal (a “CAIXA”), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “HSBC”), do Banco Votorantim S.A. (o “Votorantim”), do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento (o “BESI”) e do Banco BTG Pactual (o “BTG Pactual” e, em conjunto com o BB-BI, CAIXA, HSBC, Votorantim e BESI, os “Coordenadores”), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (o “Prospecto Preliminar”, o “Prospecto Definitivo” e conjuntamente os “Prospectos”), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após:

- (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM;
- (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o “Anúncio de Início”) no âmbito da Emissão; e
- (iii) a disponibilização aos investidores dos Prospectos, nos termos da regulamentação aplicável.

3.6.3. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”).

3.6.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”).

3.6.5. O valor total da Emissão não poderá ser aumentado em virtude do uso do Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional, nos termos previstos na Instrução CVM 400.

3.7. LIMITE DA EMISSÃO

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) será de R\$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

3.8. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA



O banco mandatário e instituição depositária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 (o "Banco Mandatário" e "Instituição Depositária" sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.9. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende:

- (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário;
- (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial;
- (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e
- (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será a de 15 de janeiro de 2010 (a "Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografia.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos



Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso.

4.1.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, observado o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, respeitados os subitens 3.3 e 3.6.4 acima.

4.1.8. Dia(s) Útil(eis): Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série"), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.5.1.

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no item 4.2.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme aplicável. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = Sobretaxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:



(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos subitens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no subitem 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no subitem 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será



atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IBGE" e a "Atualização da Segunda Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no subitem 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

- (i) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

- (ii) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- (iii) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;
- (iv) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- (v) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. Observado o item 4.10.2.1 abaixo, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no subitem 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente à remuneração das Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15/05/2015 ("NTN-B"), apurada pela média aritmética das negociações das NTN-Bs nos 5 (cinco) dias anteriores à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das



Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”), acrescida de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano (os “Juros Remuneratórios da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a “Remuneração da Segunda Série”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).

4.3.2.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (taxa + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

Taxa = taxa de juros utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, expressa em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização”:

(i) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e

(ii) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. ENCARGOS MORATÓRIOS

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

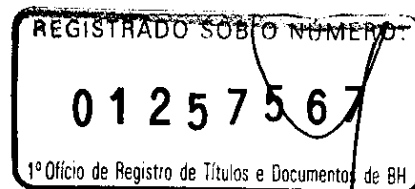
4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. PRAZO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a "Data da Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.



**CÓPIA
ADICIONAL**



4.12. REPACTUAÇÃO

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://cemig.infoinvest.com.br/ptb/s-45-ptb.html>).

4.14. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

4.15. LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.18. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA V - ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

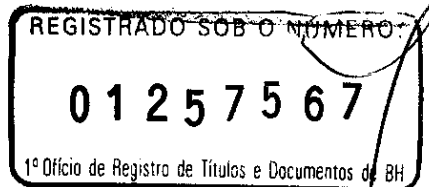
5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEMG, bem como no cartório competente da sede das Partes enquanto perdurar a Fiança.



6

29 DEZ 09 764503

**CÓPIA
ADICIONAL**



CLÁUSULA VI - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

Não haverá Resgate Antecipado Facultativo.

6.2. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;
- (ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não;
- (iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora;



6

(v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou

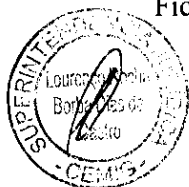
(viii) Privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal.

7.1.1. Para fins do disposto no subitem (viii) acima, entende-se por privatização a hipótese na qual: (i) a Garantidora, atual controladora direta da Emissora, deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o Governo do Estado de Minas Gerais, atual controlador da Garantidora deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Garantidora.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos subitens (i), (ii) e (iii) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no subitem 7.3.1 abaixo, devendo o Agente Fiduciário, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas nas referidas Assembleias. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.3 acima: (i) os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (ii) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das



**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora e/ou a Garantidora obriga(m)-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nos itens 7.2, 7.3 e 7.3.1 acima.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) Dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(ii) Dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social; (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora; ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (b) cópia das demonstrações financeiras completas da Garantidora relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes para fins de acompanhamento da garantia fidejussória.

(iii) No prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;

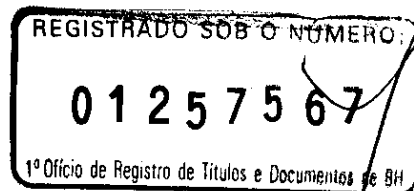
(iv) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(v) Com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;



6

**CÓPIA
ADICIONAL**



(vi) Em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;

(vii) No menor prazo possível, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

(viii) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura imediatamente após o seu recebimento;

(ix) Os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento; e

(x) Informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 7.1 na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório elaborado pela Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida instrução, observado o prazo aqui previsto.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

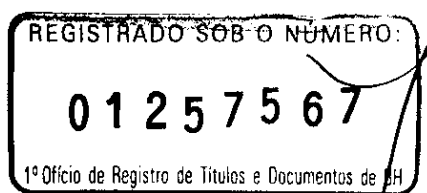
8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.



6

**CÓPIA
ADICIONAL**



8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

8.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

8.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a presente Escritura, em especial os que possam direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

8.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, e ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Escritura, de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

8.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais;

8.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da presente Escritura, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente;

8.1.17. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

8.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e agência de classificação de risco (*rating*) para realizar a classificação de risco das Debêntures, devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; e (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

8.1.19. Caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação



6

dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.20. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

8.1.21. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as atualizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações nesta previstas.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificado, ao qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(i) parcelas anuais de R\$13.659,65 (treze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;

(ii) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$569,15 (quinhentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (a) à execução da Fiança, (b) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, (c) bem como à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso) em tais eventos, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do respectivo "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (x) das garantias, (y) dos prazos de pagamento e (z) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não estão dentro do escopo de reestruturação das condições das Debêntures;

(iii) a remuneração prevista nos subitens (i) e (ii) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01257567

29 DEZ 09 764503

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01257567



**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(iv) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata temporis* se necessário; e

(v) os pagamentos estão sujeitos às deduções de tributos, taxas e outros encargos incidentes na fonte.

9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto no item 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEMG.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



6

29 DEZ 09 764503

RECEBIMOS DA EMISSORA A QUANTIA DE R\$ 764.503,00

**CÓPIA
ADICIONAL**

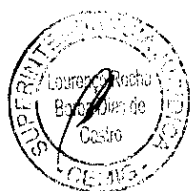
REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no subitem 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

29 DEZ 09 764503



6

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização, aquisição facultativa, e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (i) e (ii) do item 7.1 acima;

(h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(i) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

(xiv) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(a) sede da Emissora;

(b) seu escritório;

(c) CVM;

(d) SND;

(e) BM&FBOVESPA; e

(f) sede do Coordenador Líder.

(xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no subitem 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiv) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;



**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;
- (xix) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;
- (xx) observado o disposto nos subitens 8.1.10 e 8.1.12 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria; e
- (xxi) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

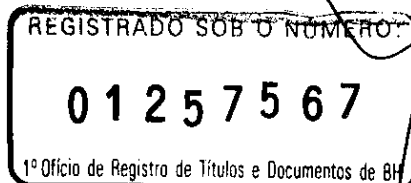
- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) acima.



6

**CÓPIA
ADICIONAL**



9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

9.6.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário bem como indenizações pagas em ações judiciais decorrentes do exercício de sua função.

9.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

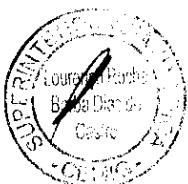
- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;



6

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (xii) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura;
- (xiii) que verificou a manutenção da regularidade, suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada, sendo certo que a verificação da suficiência da garantia fidejussória, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, baseou-se na verificação do Patrimônio Líquido da Garantidora que atendeu a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da Emissão, sendo certo que o Patrimônio Líquido da Garantidora de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009 era R\$ R\$ 4.324.787 mil (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais e, portanto, superior ao valor da Emissão.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. CONVOCAÇÃO

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas



6

da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em



CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. MESA DIRETORA

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no subitem 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no subitem 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries, da presente Emissão;
- (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série;
- (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e
- (iv) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo,



6

90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série.

10.5. ALTERAÇÕES NESTA CLÁUSULA X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. MATÉRIAS DE INTERESSE ESPECÍFICO

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

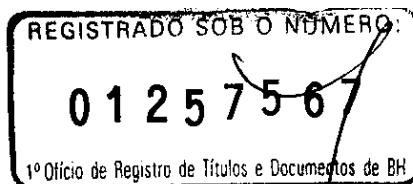
CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;



CÓPIA
ADICIONAL



- (iv) a celebração desta Escritura, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em:
- (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
 - (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou
 - (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes e exequíveis contra si de acordo com seus termos e condições;
- (vi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (vii) tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos e está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e as Superintendências Regionais de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - SUPRAM, a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para os empreendimentos que entraram em operação antes de fevereiro de 1986 e que ainda não a possuem;
- (viii) está, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (ix) suas demonstrações financeiras representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar impacto substancial e adverso que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;
- (xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xii) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (xiii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram



6

os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

- (xiv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (xv) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (xvi) além das debêntures da 2ª série da 1ª emissão da Emissora, cujo saldo devedor, de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009, era de R\$263.382.700,51, não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, executável de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares, afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (iii) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (v) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (c) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;



**CÓPIA
ADICIONAL**

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

- (vi) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.
- (vii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (viii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (ix) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e
- (x) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. COMUNICAÇÕES

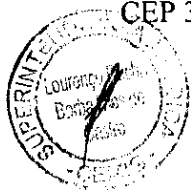
12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

PARA A EMISSORA:

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
Avenida Barbacena, nº 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@cemig.com.br

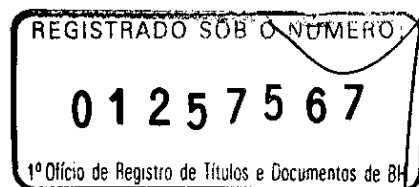
PARA A GARANTIDORA:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
Avenida Barbacena, nº 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG



6

**CÓPIA
ADICIONAL**



At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@cemig.com.br

PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 - Rio de Janeiro - RJ

At: Sr. Gustavo Dezouart
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo@oliveiratrust.com.br

PARA O BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 - Osasco - SP

At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

PARA A CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

PARA A BM&FBOVESPA:

Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo - SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

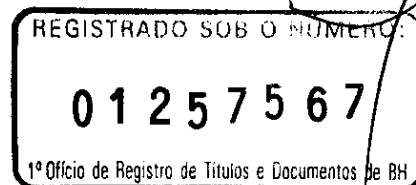
REGISTRADO E RECONHECIDO
RIO DE JANEIRO, 29 DE DEZEMBRO DE 2009

29 DEZ 09 764503

RECEBIMOS DE SR. CRISTIANO CORRÊA DE BARROS
EM FAVOR DE SR. GUSTAVO DEZOUART
O VALOR DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS)



6



12.3. LEI APLICÁVEL

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. DESPESAS

A Emissora arcará com todos os custos:

- (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA – Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais;
- (ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG;
- (iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora;
- (iv) das taxas de registro da presente Escritura junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes; e
- (v) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário,



CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados no item 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

12.9. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2009.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Guaiúbas, 323 - 194.01 - Centro - Belo Horizonte-MG
Cep: 30180-100 - CNPJ: 21.858.810/0001-14
www.tradit.com.br - Tel.: (51) 3224-8830
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra

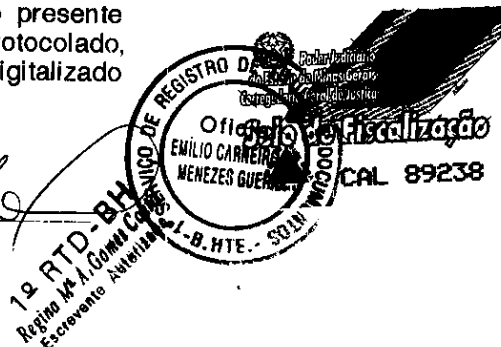
1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO Nº: **1257567**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 1257567, nesta data.

Belo Horizonte, 28/12/2009.

Oficial



REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

29 DEZ 09 764503

RECIBO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
29 DEZ 09 764503



6

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(Página de assinaturas 1/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: Djalma Bastos de Moraes
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

REGISTRADO E AUTENTICADO
PRIMEIRO OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

29 DEZ 09 764503

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
29 DEZ 09

CEMIG



CÓPIA
ADICIONAL

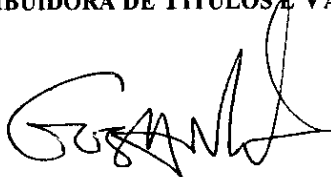
REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(Página de assinaturas 2/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: GUSTAVO DESOUZART

Cargo: GERENTE

REGISTRADO E AUTENTICADO
NO REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

29 DEZ 09 764503

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
29 DEZ 09

29 DEZ 09

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB NÚMERO

01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de B.

(Página de assinaturas 3/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Nome: Djalma Bastos de Moraes
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Testemunhas:

Nome: Guimarães
CPF: 538.751.288-68
Paulo Eduardo Pereira Guimarães

Nome: Marco Túlio Campos Guimarães
CPF: 204.021.386-15

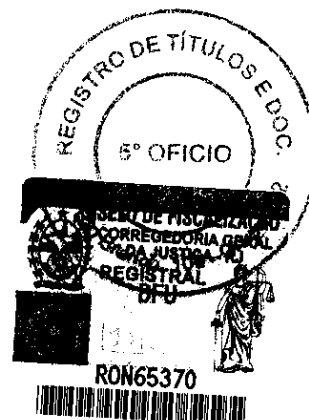
5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora I. Hale
1º Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. de Costa
2º Escrevente Substituto
CTPS 82013 Série 053

☐ Fabiano Abreu Barbosa
3º Escrevente Substituto
CTPS 013782 Série 91



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.070-8/000
EM 23/12/2009
#CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.#

PROTOCOLO: 09/796.452-2

MARINER DE PAULA ALMEIDA
SECRETARIA GERAL

